

# Anais da Assembléia

CURITIBA TERÇA-FEIRA, 26 DE JUNHO DE 1973

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSOES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

#### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur  
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima  
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt  
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato  
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)  
3.º SECRETÁRIO — David Federmann  
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério  
— Quielse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

##### SUPLENTE S

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — As quartas-feiras

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

##### SUPLENTE S

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel  
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

##### SUPLENTE S

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

##### SUPLENTE S

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel  
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

##### SUPLENTE S

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo  
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

### SUPLENTE S

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TURISMO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva  
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

##### SUPLENTE S

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

##### SUPLENTE S

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)  
REUNIÕES — As terças-feiras  
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza  
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

##### SUPLENTE S

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho  
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

##### SUPLENTE S

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

##### SUPLENTE S

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielse Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

##### SUPLENTE S

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973



### 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 117.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 26 de Junho de 1973 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Borsari Neto e David Federmann.

As 14.00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Alvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Antônio Costa, Antônio Belinati, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Domício Scaramella, Emílio Carrazza, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Iris Caldart, João Fadel, Jázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão, Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Arizone Araújo, Aguiinaldo Pereira Lima e Ivo Tomazoni (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 44 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 143-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 91-72, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, que dá nova redação ao artigo 18 e seu Parágrafo 1.º, da Lei n.º 4.766, de 13-11-63.

Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. — Mantido o Veto, rejeitado o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã dia 27, quarta-feira, às 14.00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:  
DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 142-73.  
Levanta-se a sessão.

### 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 118.ª Sessão Ordinária Realizada em 26 de Junho de 1973 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Alvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Antônio Costa, Antônio Belinati, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Domício Scaramella, Emílio Carrazza, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Iris Caldart, João Fadel, Jázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão, Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Arizone Araújo, Aguiinaldo Pereira Lima e Ivo Tomazoni (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

#### OFÍCIOS:

Sob o n.º 784, do Senhor Deputado Zany Gonzaga, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Sta. Catarina, por solicitação do Sr. Deputado Ralf Knaesel, encaminha texto do Telegrama que endereçaram ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, sobre proposição autorizada do Deputado João Bertoli, sugerindo, tendo em vista inúmeros apelos de Prefeitos, que os débitos decorrentes da correção monetária devidos ao INPS sejam dispensados às Prefeituras que atualizarem pagamentos das contribuições devidas ao Instituto, com devida vênua justificativa presente solicitação fato de que inúmeros Municípios enfrentam sérias dificuldades em atualizar liquidação do débito. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 178-73, do Senhor Luiz Renato M. Mattos, comunicando haver sido empossado no cargo de Inspetor Regional de Ensino da 45a. I.R.E., de Cascavel. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 1547, do Senhor Nelson Teixeira Lacerda, Presidente da Câmara Municipal de Tupã, São Paulo, comunicando que em Sessão Ordinária realizada no último dia 6, aprovou Requerimento n.º 155-73, subscrito pelo Vereador Adilson Micalli, solicitando a valiosa e indispensável interferência junto à Presidência da República, no sentido de serem, as sociedades de

economia mista, incluídas no rol das entidades que estão sob o controle externo do Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 31-73, do Sr. Eduardo Guy de Manuel, comunicando que no dia 30 de maio do ano em curso, foi eleito Diretor Presidente da SUCEU — PARANÁ, entidade que congrega usuários de equipamentos de Processamento de Dados. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

#### REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 127/73.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais dos Trabalhos da Sessão de hoje, um voto de regozijo pela criação, por Sua Santidade o Papa Paulo VI, de duas novas Dioceses em nosso Estado, a de Cornélio Procópio e a de Umuarama.

REQUER, ainda, um voto de congratulação aos novos Bispos recém-nomeados por Sua Santidade o Papa, ou seja para a Diocese de Cornélio Procópio o nosso particular amigo D. JOSÉ JOAQUIM GONÇALVES, atualmente desempenhando brilhantemente as funções de Bispo Auxiliar de Curitiba, e para a nova Diocese de Umuarama o Pe. José Maria Maimone.

Congratulamo-nos, também, com a Arquidiocese de Curitiba, pela nomeação do Cón. ALBANO BORTOLETO CAVALLIN, para Bispo Auxiliar de Curitiba.

Acresce, ainda, pelo presente, registrar um voto de louvor ao zeloso Arcebispo de Curitiba, D. PEDRO FEDALTO, pela profícua condução da nossa Arquidiocese, onde pela sua inteligência, pela sua cultura invulgar, pela capacidade de trabalho e pelo amor que dedica ao povo do Paraná, é merecedor da nossa admiração e do nosso preto de gratidão.

REQUER, outrossim, que da decisão do presente, se de conhecimento ao Arcebispo de Curitiba, nas pessoas de Sua Eminência Reverendíssima, D. PEDRO FEDALTO, Arcebispo de Curitiba, bem como aos novos Bispos, D. JOSÉ JOAQUIM GONÇALVES, Pe. JOSÉ MARIA MAIMONE e Cón. ALBANO BORTOLETO CAVALLIN.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1973.

(a) — Fabiano Braga Côrtes.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após aprovação do Plenário, seja enviado ao Senhor Diretor do Departamento de Edificações e Obras Especiais (DEOE), no sentido de que aquela autoridade estadual, providencie, com a máxima urgência, reparos no prédio onde funciona o Posto de Higiene do Município de Bituruna.

Construído na gestão executiva do Senhor Bento Munhoz da Rocha, desde essa época está o referido prédio sem receber qualquer reparo, se encontrando, presentemente, suas instalações em precaríssimas condições, chegando mesmo a ameaçar os seus ocupantes pela fragilidade de sua sustentação.

Um pronto atendimento, por parte do DEOE, evitaria problemas futuros, não permitindo, conseqüentemente, uma solução de continuidade ao mesmo, que vem prestando inestimáveis serviços no atendimento à população de Bituruna.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1973.

(a) — Domício Scaramella.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja endereçado ao Senhor Secretário da Fazenda, expediente nos seguintes termos:

Faz crer o Governo, ser objetivo oficial, a diversificação da produção agrícola. No entanto, em nosso Estado, a cultura da mamona não tem recebido qualquer incentivo de ordem governamental, embora apresente perspectivas de expansão, em determinadas regiões. Mamonicultores, sobretudo de Campo Mourão, viam perspectivas promissoras, com a possibilidade da industrialização do produto naquele Município, e buscaram uma maior produção, necessária para sustentação da indústria que pretende. Lamentavelmente, no momento presente, sentem o desestímulo do preço pouco compensador que está estagnando a comercialização. A par disso, acrescenta-se a instrução SF374 de 1-3-73, acabando com o único incentivo governamental, que era a isenção do ICM. A cultura desse produto além de carrear divisas para o Estado; por exigir numerosa mão de obra, tem o condão de alimentar inúmeras famílias de trabalhadores, numa época em que a mecanização da lavoura torna cada vez mais difícil o emprego.

Pelas razões expostas, e sobretudo por se constituir num investimento de alta rentabilidade para o Governo, solicita-se respeitosamente a revogação da referida instrução, isentando-se a mamona do ICM., até que se transforme em sólida cultura.

Tal medida, de alto alcance, viria fazer inteira justiça às aspirações dos mamonicultores do nosso Estado, bem como se constituiria em extraordinária força motivadora para que se transforme o Paraná no maior celeiro dessa oleaginosa.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1973.

(a) — Alvaro Dias.

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETOS DE LEI N.º 141/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica criada a Inspetoria de Ensino de Cidade Gaucha, com jurisdição sobre os Municípios de Cidade Gaucha, Tapira, Nova Olimpia, Guaporema e Rondon.

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará os atos necessários para a instalação e funcionamento da mesma.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1973.

(a) — Wilson Fortes.



**JUSTIFICATIVA:**

O número de escolas secundárias e primárias da região é considerável. A região ressenhe-se de uma Inspeção de Ensino, a fim de dar maior amparo e solucionar os problemas educacionais com maior brevidade. Considerando este fato, bem como a amplitude da região propomos à consideração que se trata de um benefício, em prol do ensino do Paraná. Efetivamente, o o presente plano de Lei, esperando que merecerá a devida atenção, uma vez setor educacional mereceu especial atenção do atual Governo, cabe a nós, homens que representamos as populações interioranas facilitar o trabalho dos abnegados mestres, dotando-os dos instrumentos que, não só melhorem o ensino, mas facilitem a solução dos problemas com ele relacionados.

**PROJETO DE LEI N.º 142/73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Art. 1.º — Fica criada a Inspeção Regional de Ensino de Rondon com sede na cidade do mesmo nome e com jurisdição sobre o Município de Rondon, Indianópolis e Guaporema.

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará os atos necessários para a instalação e funcionamento.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1973.

(a) — Wilson Fortes.

**JUSTIFICATIVA:**

O presente plano de Lei tem em mira dois objetivos: descentralizar o atendimento educacional e ir de encontro do progresso de uma vasta região.

Com efeito, os problemas educacionais da região onde pretendemos seja criada uma Inspeção de Ensino são vários, em razão do grande número de escolas, que devem buscar a solução para os mais diferentes setores educacionais, em lugares distantes o que vem trazer detrimento para a Educação.

Por outro lado a população estudantil vem aumentando constantemente, as escolas se multiplicam, razão porque cremos merecer o apoio e a aprovação do presente plano de Lei, por parte dos nobres Deputados.

**PROJETO DE LEI N.º 143/73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Evangélica Educacional e Beneficente — AEEB — sita em Cianorte - Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1973.

(a) — Igo Losso.

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação Evangélica Educacional e Beneficente, sita em Cianorte, neste Estado é entidade de caráter educacional e filantrópico, que mantém inúmeras obras sociais como o Instituto Bíblico Presbiteriano de Cianorte, que tem como objetivo formar jovens de alto gabarito moral e espiritual para o atendimento da comunidade. É mantenedora do Lar Evangélico Peniel, que tem por finalidade dar assistência à pessoas desamparadas, conforme faz prova o anexo relatório.

Além destas importantes obras, que vem prestando inegáveis serviços a coletividade protestante, a Associação ampliou suas atividades criando outras obras de assistência aos menores, anciãos, recuperação moral e outras.

A entidade está com seus estatutos devidamente registrados sob n.º 49, no livro "D", de pessoas jurídicas, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos. Pessoas Jurídicas e Protesto de Cianorte, conforme faz prova a anexa certidão.

Conforme se depreende dos Estatutos, a entidade não visa qualquer fim lucrativo e seus Diretores nada percebem a título de remuneração.

Foi já declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal n.º 11/70, de 17 de maio de 1970, estando em plena atividade estatutária. Este também devidamente registrado na Secretaria do Trabalho e Assistência Social sob n.º 389, conforme fotocópia do anexo Certificado de Registro.

Diante do exposto, verifica-se cumprir perfeitamente a entidade todos os requisitos para que seja declarada de Utilidade Pública pelos relevantes serviços que presta.

Assim sendo, proponho à Casa o presente Projeto de Lei, que devidamente analisado, espero mereça a unânime aprovação desta Assembléia, com a sua conseqüente transformação em Lei.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recebemos do eminente jornalista Ali Bark um estudo sobre o problema da erosão no Paraná que teremos a honra de ler nesta Assembléia. (Lendo): — "EROSÃO".

Na palavra do Ministro do Interior, Costa Cavalcanti e na opinião dos técnicos que o acompanhavam e segundo a imprensa local, "somente depois que as cidades do Noroeste do Paraná começaram a ter as ruas destruídas a cada chuva, formando-se enormes sulcos — vossorocas — que acabavam por trazer as construções e obras de infraestrutura, é que os poderes públicos despertaram propriamente para o problema da erosão urbana.

O problema é grave e exige solução imediata, pois, a erosão no Noroeste não se limita à área urbana mas abre valetões quilométricos engolindo estradas e lavras e se não forem tomadas providências a curto prazo, estaremos, em breve, diante de um problema avassalador, terrível e insolúvel.

Não é a primeira vez que alertamos a quem de direito sobre a gravidade da questão. Não obstante, o Governo do Paraná tem, teimosamente, feito ouvidos moucos a esta e a outras questões urgentes, preocupado que está com política de gabinete e as laboriosas concepções e estudos de aplicação de novos impostos. A equipe de triste mas proclamada fama nada tem feito de aproveitável. Vejam o que é o problema do escoamento do soja. É um verdadeiro desafio não respondido pela máquina estatal. Por sinal, no que respecta ao novo surto de progresso trazido pelo soja, o Governo do Estado só participou das inaugurações. Mas quem vai resolver o problema vultoso do escoamento do soja no Paraná, quando pequenos trechos, de importância vital são abandonados? Recentemente o Presidente da Assembléia Legislativa o Deputado João Mansur, recebeu a visita do Sr. Salim do Carmo, Prefeito de Guaraqueçaba. O Prefeito procurou diretamente o Ilustre Parlamentar porque já esmoreceu na tentativa de se fazer ouvir pelo nosso Secretário dos Transportes, que, pelo visto, é surdo ao que não lhe interessa pessoalmente. Guaraque-

çaba necessita urgentemente da reconstrução do trecho da estrada Cacatu-Guaraqueçaba que já não dá condições de tráfego, desde 5 de fevereiro último. Em consequência do estado calamitoso da estrada foram retirados de circulação ônibus que transportavam passageiros àquela esquecida cidade litorânea. Mas os problemas de Guaraqueçaba não se restringem às obras rodoviárias. Tem sobras de problemas angustiantes, entre os quais o da profilaxia, das doenças endêmicas e parasitárias e do descaso com que são tratadas pelos poderes públicos. Acreditamos que o Sr. Prefeito Municipal de Guaraqueçaba desta vez bateu na porta certa, porque ele já sabe que de nada adianta procurar a quem se nega a trabalhar pelo Paraná. E dizem que o Paraná é um dever..."

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, ao segundo orador, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. — (Pausa).

Não se encontrando presente o Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — (Lendo): — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dirijo-me hoje a esta Assembléia para me reportar à atuação de um importante organismo da administração estadual, cujo trabalho constante e dedicado tanto tem contribuído para o progresso do nosso Estado — trata-se do Banco do Estado do Paraná Sociedade Anônima que experimenta, a partir dos últimos dois exercícios, uma fase de expansão sem precedentes.

Os depósitos triplicaram neste período e, o que é mais importante, os depósitos particulares constituem hoje, 2/3 do total, enquanto antes ocorria o inverso, com a quase total dependência aos depósitos do Governo; as aplicações multiplicaram-se da mesma forma, passando o BANESEADO a ser realmente um eficaz agente do desenvolvimento paranaense, os recursos captados são basicamente aplicados no financiamento à produção, também modificando a prática conseguida anteriormente, quando as grandes aplicações eram feitas no setor público; em consequência, os resultados obtidos foram os mais favoráveis, em toda a estória do estabelecimento. Seu desempenho possibilitou inclusive a consolidação de uma imagem positiva junto ao público, criando as condições favoráveis para a multiplicação e a abertura do seu capital.

Esta forma, como veremos mais adiante detalhadamente, a atual administração, com a orientação sempre segura do Governador Parigot de Souza e do Secretário Maurício Schulman, tem conduzido nosso estabelecimento oficial de forma a colocá-lo entre os primeiros do País. E, ao afirmarmos isso, o fazemos em época bastante oportuna. Não poderia ser melhor o ensejo, quando o BANESEADO instala a sua mais nova agência, desta feita na Capital Federal e também quando aumenta e democratiza o seu capital. A ocasião é, ainda, oportuna, quando o Banco do Estado registra um volume recorde de depósitos: cerca de 900 milhões de cruzeiros.

A presença do Banco do Estado em Brasília, representa a presença mais atuante do Paraná no centro das decisões nacionais. Mas, para chegarmos até lá, não foi curto o caminho percorrido. Esta Agência vem corcar um esquema de remanejamento e fortalecimento da atuação do Banco paranaense, que procurou antes, a abertura de novas frentes no próprio território do Estado. Para tanto, foram fechadas algumas agências existentes fora do Paraná, a fim de beneficiar Municípios progressistas do nosso Estado, que estavam a exigir a presença do BANESEADO. Assim é que se abriam novas agências em Curitiba, Palotina, São Jorge do Oeste, São Sebastião da Amoreira, Terra Roxa, Ubatuba e Formosa do Oeste. Se outros Municípios do Paraná ainda não puderam ser atendidos é porque a abertura de novas dependências depende de autorização do Banco Central, após o procedimento de minuciosos estudos. Mas, tenho certeza, tão logo seja possível também estes terão a atuação do Banco do Estado. Já existem medidas nesse sentido, que possibilitarão muito brevemente a instalação de outras agências, em áreas de florescente potencial econômico.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Vou relatar agora, em números o que tem sido a atuação do Banco do Estado do Paraná, particularmente no período da atual administração. A evolução desses números, para o que solicito especial atenção desta Casa, reflete fielmente o trabalho desenvolvido. Ao iniciar o atual período administrativo, o estabelecimento oficial de crédito do Paraná, encontrava-se em situação bastante difícil, evidenciada por seu balanço em 30 de março de 1971, quando os resultados eram negativos. Pois bem, em apenas três meses de trabalho esse "déficit" já era superado com o equacionamento dos principais problemas existentes e a programação de um trabalho em bases técnicas de acordo com as necessidades reais do mercado financeiro. Seguiram-se sucessos, que deram ao Banco do Estado do Paraná, atualmente, a posição de terceiro banco oficial do País, em rentabilidade, ficando ainda entre os cinco maiores, em volume de negócios.

O desempenho do Baneestado pode ser medido, primeiramente, pela evolução dos depósitos: enquanto o volume de recursos captados pelo estabelecimento era de apenas 270 milhões de cruzeiros em 30-3-71, dos quais cerca de dois terços pertenciam aos poderes públicos, já ao findar o semestre esse total elevava-se a 367 milhões. Ao término daquele ano estavam em torno dos 470 milhões, e a situação de total dependência dos recursos do Governo era modificada, pois o público já demonstrava sua confiança no Banco Oficial garantindo a maior parcela dos depósitos. A situação continuou evoluindo para alcançar 590 milhões no balanço fechado em 30 de junho de 72 e mais de 620 milhões de cruzeiros no final do ano. Finalmente, o ano de 1973 veio consolidar essa posição, pois entraram o mês de junho com um volume global de 900 milhões de cruzeiros em depósitos para os quais o setor privado contribui com cerca de dois terços, numa proporção exatamente inversa da existente anteriormente. Por outro lado, as aplicações multiplicaram-se e foram efetivadas basicamente no financiamento à produção paranaense. Enquanto as aplicações registradas em 30 de junho de 71 eram de 374 milhões, os balanços semestrais seguintes registraram evolução sucessiva para: 520 milhões, 596 milhões, 774 milhões e, finalmente, temos o registro de 909 milhões de cruzeiros aplicados em 31 de maio último, conforme balanço publicado em nossa imprensa.

Convém ressaltar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o grande êxito obtido pelo Banco na atração de recursos externos. Somente um Banco trabalhando com tanta segurança poderia conseguir tal volume de recursos. Para exemplificar, quero citar alguns números das aplicações deste setor, eram de apenas 84 milhões, enquanto em 31 de maio último registrava-se 284 milhões. Essa evolução pode ser melhor compreendida se detalharmos que, nesse período, as verbas de refinanciamento do Banco Central cresceram 205%, e os recursos oriundos de convênio com o IBC — Gerca, cresceram 350%...

O Sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).



Aproveitando, ilustre Deputado, Líder do Governo, a brilhante explanação que V. Exa. procede da Tribuna desta Casa, que talvez até interrompa a leitura do relatório de V. Exa., eu aproveitaria para não fugir quem sabe até à oportunidade, já que V. Exa. traz aqui um amplo relato das atividades do Banco do Estado, para fazer uma indagação com respeito à denúncia que foi feita nesta Casa, em relação ao ordenado dos Diretores do Banco do Estado do Paraná. Se V. Exa. poderia nos adiantar, se preferir ou após a leitura do relatório; quanto ganha realmente um Diretor do Banco do Estado do Paraná.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradecemos o aparte de V. Exa. e no transcorrer do meu pronunciamento, abordarei detalhadamente esse aspecto.

Continuando, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“As aplicações dentro do Plano de revigoramento dos cafezais, somente durante o exercício de 1972 totalizaram financiamentos superiores a 200 milhões de cruzeiros, possibilitando o plantio de 50 milhões de novos cafeeiros.

Como consequência do aumento das aplicações, conjugado com a elevação dos depósitos, obteve-se o lucro da ordem de Cr\$ 20 milhões no exercício de 1971, dos quais apenas 3 milhões no 1.º semestre e de Cr\$ 40 milhões em 1972. E, no atual exercício a tendência deverá ser mantida, como demonstram os balançetes até aqui publicados.

A evolução do capital também foi marcante no período ora em exame. O capital de Cr\$ 34.500.000,00 foi aumentado para 60 milhões no último exercício. Mesmo assim, já é insuficiente para o atendimento ao volume atual das operações do Banco do Estado. Por isso, está sendo reajustado para 100 milhões, de forma a atender às necessidades ditadas pelo crescimento do estabelecimento, ao mesmo tempo em que se espera seja expedido nos próximos dias pelo Banco Central do Brasil, o certificado de abertura do capital. Isso representa mais uma conquista do Governo do Paraná e do seu Banco oficial, agora cada vez mais atuante no processo de desenvolvimento do Estado.

Não obstante todos esses números, que evidenciam uma situação jamais obtida anteriormente, o Banestado vem suportando galhardamente o ônus que, às vezes, lhe é dado por seu caráter de Banco oficial. Refiro-me às aplicações realizadas em função de encargos próprios do Governo. Como sabemos, um banco estatal sofre, primeiramente e mais do que os bancos privados, os efeitos das oscilações na economia. Um surto de progresso econômico ajuda substancialmente o crescimento dos depósitos, assim como pode ocorrer o contrário em períodos de “vacas magras”. Fazem-se, então, aplicações em setores considerados necessários à função do Governo. E quando, por motivos alheios à vontade do próprio Banco, aqueles setores beneficiados mostram-se incapazes de cumprir com as obrigações assumidas, o estabelecimento vê-se diante do dilema: ou faz novas aplicações para permitir a superação do problema ou será responsabilizado pelos reflexos negativos (muitos de caráter eminentemente social), que advirão para aquele setor da economia. Já entra a função do Banco oficial, à qual nem sempre estão obrigados os estabelecimentos privados.

Mesmo assim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Banco do Estado, na atual administração, conseguiu diminuir o volume dos créditos considerados de difícil liquidação em quase 50%. Esses créditos estavam em torno de Cr\$ 50 milhões quando os atuais diretores assumiram seus cargos, e, atualmente, totalizam pouco mais de Cr\$ 25 milhões. O que acabo de relatar neste Plenário não é resultado de nenhum “passe de mágica”, mas sim é fruto de uma administração séria, sem improvisações. Os atuais membros da Diretoria do Banco oficial paranaense são todos homens ligados ao setor bancário já há muitos anos. São, portanto, experientes profissionais do setor, formando uma diretoria homogênea como há muito o Banestado não tinha. Desta forma, eles trouxeram para o Banco todo o m“Back ground” obtido ao longo dos anos, no dia-a-dia de suas atividades.

Essa diretoria, quero aqui salientar para fazer mais uma vez justiça ao seu trabalho embora tenha conseguido fazer do Banestado um dos bancos mais rentáveis do País, espontaneamente decidiu diminuir sua participação nos lucros do estabelecimento. Vejam os Senhores que, em 1971, os estatutos vigentes estabeleciam um percentual fixo de gratificação, sobre os lucros líquidos auferidos no semestre, na ordem de 1% para cada um dos Diretores Presidente e Vice-Presidente e 0,70% para cada um dos demais Diretores. É oportuno ressaltar, a respeito, que estes percentuais foram estabelecidos desde a fundação do Banco, encontrando-se inseridos nos dispositivos do primitivo estatuto do estabelecimento, o qual data de 1929, tendo sido mantido ao longo dos últimos 43 anos, apesar das várias reformas que já sofreu o referido documento. Note-se, Senhores, que a presente Diretoria do Banco do Estado, nenhuma participação teve, portanto, com relação à fixação destes percentuais, preocupando-se, isto sim, com a sua redução para um máximo de 0,75% e 0,60% sobre os lucros líquidos e contentando-se em receber 0,50 e 0,45% dos resultados obtidos, a exemplo dos dois últimos semestres.

Diria, em prosseguimento, que estranhamente, o problema de participações só é levantado quando, por força de administrações eficientes, cresce o lucro e, consequentemente, as gratificações, enquanto que as Diretorias ineficazes, que não recebem gratificações porque não conseguem produzir resultados positivos, não vêm a sofrer qualquer carga”.

Portanto, Sr. Presidente, era este o breve relatório que desejava-me fazer desta Tribuna, deixando claro que o percentual auferido pela Diretoria do Banestado a título de gratificação sobre os lucros, previsto nos Estatutos do Banco desde 1929, previa para Diretores Presidente e Vice-Presidente a percentagem de 1%. A atual Diretoria, nos últimos dois semestres reduziu “exponete própria” a 0,50% para Diretores Presidente e Vice-Presidente e 0,45% para os demais Diretores do Estabelecimento oficial de crédito do Estado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — “Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): “Não é meu desejo que o sentido de Oposição seja a identidade principal de minhas palavras nesta tarde. Não quero também que o objetivo da crítica seja tido como o primordial deste pronunciamento.

Pretendo, isto sim, iniciar aqui uma caminhada ao lado de todos os Srs. e, portanto, de todo o povo paranaense na busca da solução que creio bastante possível, para um dos mais sérios problemas de nosso Estado.

E, Sr. Presidente, não há como fugir ao termo, verdadeiramente caótica a situação do ensino em nosso Estado. Constatado, estarecido e com tristeza, que, em pleno Século XX, marcado por tantas conquistas sociais, existe uma categoria de verdadeiros párias em nosso Estado, constituída por aqueles que nos servem ensinando aos nossos filhos. É o futuro do Paraná comprometido pela insegurança de seu presente.

Quero referir-me ao professor paranaense. E, quando assim me expresso, falo sobretudo do “professor suplementarista”. Já aí se inicia a contradição —

aquilo que se deveria constituir na exceção é a regra, o que devia ser suplemento, parte aditiva, é o essencial, o primordial, o principal.

Aula suplementar, define o Decreto n.º 17.171, de 19.02.65, é aquela de cunho esporádico ou eventual. Dentro do conceito legal portanto, “professor suplementarista” deveria ser aquele que ministrasse aula esporádica ou eventualmente ou, então, o professor efetivo que as ministrasse além de seu padrão de vencimento.

Mas, como entender assim em nosso Estado, quando constatamos que o professorado de nível, efetivo, atinge o número aproximado de 3.500, enquanto os suplementaristas somam cerca de 8.000?

30% com nível, com alguma coisa!

70% sem nível, sem nada!

70% de verdadeiros marginais do Estatuto dos Funcionários Públicos e da Consolidação das Leis do Trabalho. Homens e mulheres sem uma situação profissional definida, sem a tutela de um regime jurídico, distantes de qualquer vínculo empregatício.

Empregados de minas de carvão da Inglaterra feudal?

Não, Srs.: — professorado paranaense do Século XX.

Sem Previdência Social na época em que Sua Excelência, o Sr. Presidente da República, mobiliza toda uma rede de informações para, com justo orgulho, proclamar à Nação brasileiro que está resolvida a situação previdenciária da empregada doméstica.

Esta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a lamentável situação de 70% do professorado paranaense — sem Previdência Social, sem direito ao salário familiar, à assistência médico-hospitalar e outros benefícios de nossa legislação social. Para o “professor suplementarista” ficar enfermo é também risco de sobrevivência profissional, pois além de nada receber durante o afastamento, é substituído no impedimento e, quando se restabelece, muitas vezes não mais consegue o lugar.

Mas não param aí, Sr. Presidente, as infelicidades da grande maioria do professorado de nosso Estado. Depende ainda, na sua insegurança, da boa vontade das Inspetorias de Ensino, cujos titulares — quase regra geral — são designados em função dos famigerados “comandos políticos”, executores, em muitos casos, de verdadeiras missões do “vinditas” políticas, revidando covarde e desumano de políticos derrotados e frustrados.

Agora, pergunto aos Srs.: — Que direito temos de exigir equilíbrio emocional, dedicação aos nossos filhos, daqueles a quem assim tratamos, levando a insegurança aos seus lares e às suas famílias? E o que tem feito o Estado com vistas à solução de tão grave problema?

Nada! Até o contrário, contribui para o seu agravamento, burlando a lei, de cujo cumprimento deveria ser o principal guardião e interessado. É norma legal que “a admissão de professores especialistas no ensino oficial de 1.º e 2.º graus far-se-á por concurso público de provas e títulos”. Por que o Estado não realiza concursos? O último teve lugar há quase 3 anos. A solução legal e humana, tem preferido o Estado a fórmula excusa de exploração humana que é a “contratação” de professores suplementaristas.

Mas quando falo em concurso, falo em concurso limpo, concurso honesto, com a nomeação de todos os aprovados e com o democrático direito de revisão de provas. Não concurso ou teste como irá realizar a Prefeitura Municipal de Curitiba, com um edital fascista, que proíbe qualquer recurso, parecendo, da forma pela qual foram dispostas as coisas, que a seleção é objetivo secundário, figurando em primeiro plano a excusa finalidade de perseguição e proteção de apadrinhados.

Esta é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em linhas gerais, a situação, que muito se aproxima do trágico, do “professor suplementarista” de nosso Estado. Não muito melhor se encontra o professorado de nível, de padrão ou efetivo. Dele, oportunamente, iremos tratar.

Apenas, antes de finalizar, gostaríamos de dizer que o Estado tem agora a oportunidade e, mais que ela, a obrigação de sanar definitivamente situação tão irregular. Encontra-se em vigor a Lei Federal n.º 5.692 de 11.08.71, demonstrando uma louvável preocupação do governo Central com o ensino em nosso País. Determina, entre outras coisas, a elaboração em cada Estado, de um Estatuto para o Magistério. Inicialmente, fixou-se para fins de 1972 o prazo para o preparo de um Anteprojeto prorrogado posteriormente. Como este também vai chegando ao seu final, presumo que o Executivo, através da Secretaria de Educação e Cultura, já tenha ultimado o Anteprojeto de Estatuto para o Magistério paranaense.

Destaco a importância do documento, pois ele, entendo, deverá atingir a meta principal de profissionalizar o professor paranaense, dando-lhe um “status” compatível com sua elevada e nobre missão”.

Gostaria de indagar de S. Exa. o nobre Líder do Governo deputado Cândido Martins de Oliveira, se pode informar a este Deputado e a Casa se, de fato, já existe um Anteprojeto elaborado ou se está ainda em formação. Gostaria e S. Exa. dispõe dessas informações não somente como líder do Governo mas como homem ligado aos problemas educacionais do Estado, pois ocupou por longos anos a Pasta da Educação e acompanha, de perto, este problema, que prestasse na condição de Deputado Líder do Governo, estes esclarecimentos.

S. Exa. deu entrada no Plenário neste momento e não sei se teve oportunidade de ouvir o pedido de esclarecimento que fiz desta Tribuna a cerca do Anteprojeto se existe em preparo ou já elaborado referente ao Estatuto do Magistério Público nos termos da lei 5692, se este Anteprojeto se encontra pronto ou em fase de elaboração.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — Infelizmente não me foi possível acompanhar, na totalidade, o pronunciamento que V. Exa. faz dessa Tribuna a respeito de problema educacional.

Com relação à indagação última que acabei de ouvir sobre a atividade da Secretaria no que se relaciona com a confecção do Anteprojeto do Estatuto do Magistério, tenho a informar a V. Exa. que, segundo me consta, existe o Anteprojeto já em estudo e uma Comissão designada pelo Secretário anterior da Educação e Cultura. Dr. Roberto da Costa que confeccionou, depois de longos debates, um Anteprojeto que seria encaminhado ao Governador, para posterior encaminhamento a esta Casa; com a substituição do Titular da Pasta da Educação, houve necessidade de uma revisão nesse Estatuto antes do encaminhamento ao Chefe do Poder Executivo, e ainda à semana passada, a convite do Secretário da Educação e Cultura esteve em Curitiba um técnico do Ministério da Educação debatendo com Sua Excelência o Secretário, e com esta Comissão, alguns itens do Estatuto já elaborado anteriormente, a fim de adaptá-lo precisamente às normas da Legislação Federal.

Eram estes os esclarecimentos que eu desejava prestar a V. Exa. — não sei se insuficientes, mas, creio que atendendo à questão levantada por V. Exa.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Agradeço a V. Exa., porque eu entendo que este Estatuto do Magistério virá, se bem trabalhado, se bem pensado, solucionar este grave problema do professor suplementarista do nosso Estado.



O sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).  
Nobre Deputado Sebastião Rodrigues, V. Exa. aborda hoje problema de prioridade primeira na Educação paranaense.  
Há poucos dias também abordamos o mesmo problema hoje abordado brilhantemente por V. Exa.

O Estatuto do Magistério constitui-se numa esperança do professorado paranaense e lamentavelmente, já afirmei em meu pronunciamento a esse respeito, a Secretaria de Educação do Estado do Paraná, com o Secretário anterior começou por decepcionar os professores do nosso Estado ao compor uma Comissão com maioria de técnicos, sem atender as aspirações dos professores do Paraná — mais técnicos do que professores, e, os professores do nosso Estado lamentam profundamente isso porque eles entendem que não podem aceitar algo feito em gabinetes, longe da realidade; por essa razão solicitamos naquela oportunidade — e voltamos a pedir hoje — para que o Secretário da Educação submetta este Estatuto do Magistério às Associações de Professores do Estado do Paraná para que possam, os professores, apresentar sugestões já que antes apresentavam reivindicações isoladamente para soluções de seus problemas diversos; hoje esperam a oportunidade de inserir no contexto deste Estatuto todas as suas reivindicações e as providências que se fazem necessárias, sobretudo relacionadas com o drama do suplementarista marginalizado pelo excesso e incompreendido pelas autoridades, o suplementarista que forma a maior parcela do professorado do nosso Estado e que confiou na Justiça. E para ser justo também, Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, não é apenas no Paraná que o suplementarista luta pelos seus direitos, inclusive no Estado de São Paulo cerca de 10.000 professores entraram com Mandado de Segurança, a fim de que os seus direitos sejam respeitados.

Se este Estatuto do Magistério ora em elaboração pela Secretaria da Educação não satisfizer realmente os anseios dos professores do Paraná, eu entendo que este também será o caminho do nosso professorado.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Destaco juntamente com V. Exa., a importância do documento, pois ele, entendo, deverá atingir a meta principal, de profissionalizar o professor paranaense dando o "status" compatível com sua elevada e nobre missão; entendo também que esta submissão às Associações de classe, se não foi feita nos termos devidos até o presente momento, poderá ainda ser feita nesta Casa quando o Anteprojeto vier entrada nesta Assembléia e tiver a sua passagem pelas diversas Comissões desta Casa.

Acredito que o nobre Líder do Governo e resalto uma vez mais, é uma pessoa profundamente ligada aos interesses da Educação em nosso Estado. Há de comum acordo com o nobre Líder da ARENA, Deputado Luiz Roberto Soares, com a Liderança da Bancada do MDB, de possibilitar a presença nas Comissões da Casa, das Associações que representam o professorado paranaense a fim de que eles possam juntamente conosco, debater o assunto, possibilitando assim que saia votado deste Plenário um Projeto do Estatuto do Magistério, que saia um Estatuto do Magistério que atenda de fato os interesses maiores da Educação paranaense.

Acredito que será uma oportunidade democrática que se oferecerá e esta Casa do próprio interesse dos srs. Deputados, de esclarecer sua presença aqui nas Comissões, debatendo conosco assuntos com representantes das associações que representam o magistério paranaense.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — Em relação ao aparte do nobre Deputado Alvaro Dias e ao pronunciamento de V. Exa. gostaria de informar primeiro, que a Comissão montada pelo então Secretário de Educação e Cultura, era composta de 14 membros dos quais sete, eram professores e outros sete eram aqueles que o Deputado Alvaro Dias denomina de "técnicos". Houve realmente na discussão desta Comissão uma divergência profunda, entre alguns professores e elementos que não pertenciam à carreira do Magistério. E por esse motivo inclusive, demorou a aprovação deste Anteprojeto, deste estudo nas Comissões. Gostaria ainda de informar que o pronunciamento já expandido pelo sr. Secretário de Educação e Cultura, de enviar este Anteprojeto às entidades de classe, é com relação à participação de representantes desta classe nos debates das Comissões que se ferirem nesta Casa sobre o Estatuto.

Gostaria de lembrar ao eminente Deputado, que há questão de duas ou três semanas apresentamos nesta Casa um Projeto de Resolução onde se prevê o credenciamento por parte de entidades de classes, de técnicos representantes para debaterem assuntos específicos no âmbito das Comissões. Estando assim aberta a possibilidade da presença de representantes das associações do Magistério, dos professores primários, professores do Norte do Paraná, para um debate amplo e franco a respeito da matéria que eu também acredito e sei de que tal importância se reveste para o magistério paranaense Era o aparte.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Agradeço o aparte e declaro já com antecipação um voto favorável ao Projeto de V. Exa. para que os representantes das diversas associações de classe, possam comparecer a esta Assembléia e debater nas comissões quando por aqui tramitarem, projetos de seu interesse. E também sei, que contarei com V. Exa. se este Projeto der entrada na Casa antes do dia da aprovação do Projeto de V. Exa. contaremos a sua boa vontade para em caráter talvez informal posarmos os representantes das associações de professores comparecerem à Assembléia e discutir conosco, mesmo sem aprovação, o Projeto de V. Exa., caso até esta data, o Anteprojeto nesta Casa não tenha sido aprovado, peço vênha a V. Exa. para solicitar a sua boa vontade, para que os representantes das Associações aqui comparecerem em caráter um tanto informal, que debatam conosco e nos esclarecem sobre os diversos aspectos de matéria de tão fundamental importância para o professorado e para o ensino do Paraná.

"Como disse de início, nem a crítica ou o sentido de Oposição, constituem o objetivo principal de nossa passagem na Tribuna esta tarde. A nossa palavra tem acima de tudo o sentido de um apelo, pela correção de uma situação injusta, que determina graves prejuízos ao ensino paranaense. O que se pretende é que o Governo do Estado do Paraná, generoso ao ponto de pagar Cr\$ 35 mil cruzeiros mensais a um Diretor do Banco do Estado do Paraná, trate, pelo menos, com dignidade e respeito os professores deste Estado.

E fique ciente de que as ofensas a eles dirigidas atingem aos nossos filhos também".

Meu muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à  
ORDEM DO DIA,  
com a presença de 44 srs. Deputados.

Sobre a mesa. Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 178-72, que revigora pelo prazo improrrogável de cinco dias, o Artigo 124 e seu Parágrafo único da Lei n. 5.849 de 25.9.68. — **Aprovado.**

Redação final do Projeto n. 178-72  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica revigorado, pelo prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, o artigo 124 e seu parágrafo único da Lei n. 5.849, de 25 de setembro de 1968.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18-6-73.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

Redação Final — do Projeto de Lei n. 24-73, que objetiva criar os cargos em comissão que especifica com lotação na Escola Polivalente de Curitiba, de 1.º Grau, da Rede Estadual de Ensino. — **Aprovado.**

Redação final do Projeto n. 24-73  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Ficam criados, no Quadro Único de Pessoal do Estado, Parte Permanente, os cargos isolados, de provimento em comissão de Diretor, símbolo 2—C, Vice-Diretor símbolo 3—C e Secretário, símbolo 8—C, da Escola Polivalente de Curitiba (Boqueirão), 1.º Grau da rede estadual de ensino.

§ 1.º O provimento dos cargos referidos neste artigo será feito pelo prazo de 2 (dois) anos por pessoas que entenderem regularmente aos Cursos Premem do Estado do Paraná.

§ 2.º Poderá haver recondução por uma vez ao exercício do respectivo cargo, a critério do Secretário da Educação e Cultura.

Art. 2.º Mediante decreto do Chefe do Poder Executivo será definida a lotação de cargos efetivos do pessoal que se fizer necessário ao funcionamento da Escola Polivalente de Curitiba.

§ 1.º A fim de compor o corpo docente da Escola Polivalente de Curitiba (Boqueirão) 1.º Grau, fica criada, no Quadro Próprio do Magistério, Parte Permanente, a Série de Classes de Professor de Áreas de Ensino, conforme estrutura abaixo especificada:

Serviço: Magistério

Grupo Ocupacional M—500 — Magistério Técnico

Código	Série de Classes	Nível n.º de cargos	
M—501	Professor de Áreas de Ensino	24	8
M—501	Professor de Áreas de Ensino	23	10
M—501	Professor de Áreas de Ensino	22	22
		40	

§ 2.º Fica ainda, criada, no Grupo Ocupacional do Magistério Técnico M—400, a classe única de Coordenador Pedagógico, nível 25 composta de um cargo, com lotação na Escola Polivalente de Curitiba.

Art. 3.º Os cargos criados pelos parágrafos 1.º e 2.º do artigo anterior são privativos de portadores de diplomas de curso de licenciatura plena ou de licenciatura de curta duração e que tenham realizado, com aproveitamento, os cursos de retreinamento do PREMEN.

Art. 4.º Aos ocupantes dos cargos do Quadro Próprio do Magistério e do Quadro Único de Pessoal, de lotação da Escola Polivalente de Curitiba (Boqueirão) 1.º Grau, aplica-se o regime de tempo integral e dedicação exclusiva previsto em Lei, mediante a gratificação mensal a ser fixada por decreto do Chefe do Poder Executivo, por proposta do Secretário da Educação e Cultura.

Art. 5.º A despesa decorrente da execução desta Lei correrá a conta da verba própria orçamentária da Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18-6-73.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

Redação Final — do Projeto de Lei n. 33-73, que declara de Utilidade Pública, o "Centro de Fraternidade Universal Mistérios da Vida", de Curitiba. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto n. 33-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Fraternidade Universal Mistérios da Vida, com sede nesta Capital.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18-6-73

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

Redação Final — do Projeto de Lei n. 41-73, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Associação das Senhoras Rotarianas de Curitiba. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto n. 41-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Senhoras Rotarianas de Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18-6-73

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator



Redação Final — do Projeto de Lei n.º 71-73, que autoriza o Poder Executivo anuir a Hipoteca do Imóvel de Propriedade do Instituto de Engenharia do Paraná, situado nesta Capital e doado pelo Estado, a fim de permitir obtenção de recursos financeiros aquele Instituto. — **Aprovado.**

Redação final do Projeto n.º 71-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a anuir na hipoteca do imóvel de propriedade do Instituto de Engenharia do Paraná, situado à rua Emiliano Pernet, nesta Capital, doado pelo Estado do Paraná conforme Lei n.º 791 de 15 de novembro de 1951, a fim de permitir aquele Instituto a obtenção de recursos financeiros necessários à conclusão da sua sede.

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18-6-73

as. **legível** — Presidente

as. **ilegível** — Relator

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 116-71, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que atualiza o Ginásio Cineasta de Santa Tereza, do Distrito do mesmo nome Município de Cascavel. Parecer **CONTRÁRIO** da C.C.J. e pareceres favoráveis da C.I.P. e C.F. **COM EMENDA SUBSTITUTIVA.** — **Aprovado.**

3.ª discussão — do Projeto de Lei n.º 172-72 de autoria do Dep. Fabiano Braga Cortes, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Musicoterapia do Paraná, com sede e foro nesta Capital. Parecer **favorável** da C.C.J. — **Aprovado.**

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 14-73, de autoria do Dep. Quilise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), ao ex-expedicionário Teodoro Antunes. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 27-73 de autoria do Dep. Olavo Ferreira, que declara de Utilidade Pública, o "Instituto Cultural Filadélfia" da cidade de Londrina. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 31-73, de autoria do Dep. Nelson Buffara, que declara de Utilidade Pública a Associação "Centro de Movimento Social de Bateias", com sede e foro no Distrito de Bateias Município de Campo Largo. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 42-73, de autoria do Dep. Quilise C. da Silva, que declara de Utilidade Pública, o "Centro Social Santa Terezinha", com sede na Cidade de Ampere. Parecer **favorável** da C.C.J. — **Aprovado.**

3.ª Discussão — do Projeto de Resolução n.º 34-73 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça ex-Proposição n.º 101-73, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Negócios da Saúde Pública e o Município da Lapa, para instalação de um aparelho de abragrafia na Unidade Sanitária daquele Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

3.ª Discussão — do Projeto de Resolução n.º 351-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 103-73, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Negócios da Saúde Pública e o Município da Lapa, para realização de Serviço Médico Integrado. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P., **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 1-73, de autoria do Dep. Igo Losso, que declara de Utilidade Pública a Convenção Batista Paranaense, com sede nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 7-73, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), à Edwignes Vitoslaswski, ex-Professora Primária do Município de Almirante Tamandaré. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 10-73, de autoria do Dep. Gilberto Carvalho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro na cidade de Cambira. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 83-73, de autoria do Dep. Olavo Ferreira, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor Walter Peracchi Barcellos. Parecer **favorável** da C.C.J., **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado artigo por artigo.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 83-73, de autoria do Dep. Olavo Ferreira, que declara de Utilidade Pública a "Associação do Bem Estar do Tuberculoso", com sede na cidade de Londrina. Parecer **favorável** da C.C.J., **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado artigo por artigo.**

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 210-72, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, que declara de Utilidade Pública a "Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil — BEMFAM", com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI N.º 210-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil — BEMFAM", com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara — Brasil.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

aa — Dep. Cândido M. M. de Oliveira

### JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil — BEMFAM, é uma Sociedade Civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, com o objetivo de promover e propugnar pelo Bem Estar da Família, como célula constitutiva da nação, mediante o estudo da fisiologia da reprodução humana e ulterior aplicação on que possa contribuir para o bem estar da família.

Propugna da mesma forma, na realização de pesquisas científicas de caráter médico, psicológico, sociológico, econômico e demográfico e o auxílio a entidades com a finalidade de orientação familiar e a criação de serviços próprios, quando julgado oportuno.

Pelo elevado objetivo que a referida Sociedade se propugna realizar, submetemos o presente Projeto de Lei à consideração dos nobres Pares para o necessário apoio.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 210-72

#### PARECER

1.) A Lei Federal n.º 91, de 28-8-35, que regula a declaração de Utilidade Pública, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 50.517, de 02-5-61, exige que, somente poderão ser declaradas como tal as sociedades civis desde que comprovem: a) — que adquiriram personalidade jurídica; b) — que estão em efetivo funcionamento e servem desinteressadamente à coletividade, e; c) — que os cargos de sua diretoria não são remunerados.

2.) Examinando o Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira, que visa declarar de Utilidade Pública a "Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil — BEMFAM", com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, constatamos que aquela entidade preenche aos requisitos exigidos pela lei enfocada.

3.) Pelas razões expostas e não havendo qualquer óbice de ordem legal ou constitucional, somos pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973

aa) — Antônio F. F. da Costa — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Quilise C. da Silva

Ovídio Franzoni

Ivo Tamazoni

Antônio Lopes Júnior.

### COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 210-72

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a "Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil — BEMFAM", com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

#### PARECER

1.) Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 210-72, de autoria do nobre Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira, e que declara de Utilidade Pública a Sociedade Bem Estar Familiar no Brasil — BEMFAM —, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

2.) Devidamente instruído com farta documentação e escoreita justificativa, perfeito, portanto, em seu aspecto formal, não vê esta Comissão de Finanças nenhum óbice à aprovação do Projeto de Lei em testilha.

Pela aprovação, é o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1973

aa) Quilise Crisóstomo da Silva — Presidente

João Fadel — Relator

Álvaro Dias

Gilberto Carvalho.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 127-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo e de congratulações pela criação por Sua Santidade Papa Paulo VI, de duas novas Dioceses, a de Cornélio Procopio e Umuarama. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor do Departamento de Edificações e Obras Especiais, no sentido de que seja providenciado, reparos no prédio onde funciona o Posto de Higiene, no Município de Bituruna. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Álvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Fazenda, encarecendo revogação da Instrução 374, de 1.º-3-73. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs. 317-66 — 140-71 — 51-72 — 124-72 e 149-72.

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 1-73 — 7-73 — 10-73 — 70-73 e 83-73.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 210-72.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125-72 e Projeto de Resolução n.º 22-73.

Levanta-se a Sessão.